



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

---

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 16 de maio de 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bom dia a todos. Há número legal. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 5ª audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento, com a primeira temática ao PL 167/2018, de autoria do Executivo, que dispõe sobre as LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019.

Informo que essa reunião está sendo transmitidas no portal da Câmara Municipal de São Paulo - [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Para compor a mesa conosco convidamos para essa audiência pública os Srs. Caio Megale, Secretário Municipal da Fazenda; assessor de gabinete do Sr. José Toledo, Secretário Municipal de Habitação; Daniel de Bones, Secretário Municipal de Educação; Priscila Machado Lima, Coordenadora da Casa de Cultura; Soninha Francine, Vereadora; Assessoria do Atilio Francisco, Vereador e relator e Hamad, coordenador da LDO.

Então, nós fizemos uma primeira reunião geral, regimental nesses dias. Hoje faremos uma temática com a Fazenda, Habitação, Educação e Cultura e amanhã finalizaremos com Transporte, Assistência Social e Saúde.

Tem a palavra o Sr. Caio Megale, Secretário.

**O SR. CAIO MEGALE** – Obrigado, Sr. Presidente, nobre Vereador Jair Tatto. Cumprimento a Vereadora Soninha Francine, demais Vereadores e demais membros da Câmara. Agradeço a equipe da Fazenda, que me acompanha aqui nesta audiência. Agradeço também a equipe da Habitação, Cultura e Educação. Eu reforço aqui a alegria de participar de uma audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma das leis mais importantes do ponto de vista do equilíbrio fiscal intertemporal das contas públicas. Ela olha para além do curto prazo, para dois ou três anos para frente; e versa fundamentalmente sobre agregados fiscais, ou seja, o tema da LDO, o que está na LDO, o que será aprovado na LDO são os agregados fiscais de receita, de despesa, de *superávit* primário, de dívida, de resultado nominal e de trajetória do endividamento. É isso que versa a LDO. A LDO tem um anexo que tem os

principais projetos da Prefeitura, de cada pasta. Esses projetos estão aprovados pelo PPA, no ano passado.

Então, a discussão, na LDO não é uma discussão temática, é uma discussão agregada. É claro que é sempre muito bem vindas as discussões temáticas. A gente já vai se preparando para LOA. Na verdade, o orçamento aberto por temas, por secretarias, é feito mais no segundo semestre, mas essas discussões anteriores são bem vindas, que já vão trazendo temas que vão despertando a atenção para quando nós formos elaborar a LOA, no segundo semestre, nós lembrarmos e reforçarmos essas demandas da sociedade.

De novo, como a audiência pública é da LDO, é isso que vai ser votado e discutido. Eu acho que a gente deveria concentrar os debates e a atenção nesses pontos principais que trazem a LDO, a saber, *superávit* primário, resultado nominal e dinâmica do endividamento público.

Eu trouxe aqui uma rápida apresentação sobre esses temas, e temas principais orçamentários para a gente pensar para os próximos anos. Como na audiência anterior, o Sr. Luís Felipe Arellano, Secretário Adjunto, esteve aqui e fez uma apresentação mais detalhada da LDO, eu vou passar mais rápido sobre alguns pontos e vou me ater só a dois ou três *slides* aqui dessa apresentação, e nós já podemos ir direto para as perguntas.

Esse *slide* aqui traça, mais ou menos, o cenário econômico que nós usamos como pano de fundo para elaborar as diretrizes orçamentárias nos próximos três anos, 2019, 2020 e 2021. Essas variáveis macroeconômicas, PIB e PIB de serviços. PIB de serviço é muito importante, porque é o nosso maior imposto, o ISS, Selic e IPCA.

Esses números nós reiteramos da pesquisa do Banco Central. O Banco Central fez uma pesquisa com economistas de instituições financeiras, consultorias, empresas e universidades. Os economistas fazem projeções. A mediana dessas projeções está aqui contemplada nessa tabela. Então, eu queria chamar atenção para duas variáveis ali, das o PIB. Estamos com um pano de fundo de PIB que cresce 3% em 2019; 2,65 em 2020 e 2,5 em 2021.

O Brasil passou por uma das maiores recessões de sua história, do planeta nos últimos anos. O PIB agregado caiu 8% por uma série de fatores. Essa queda encerrou-se ali no final de 2016 e, em 2017, começamos a ver uma retomada. Havia a expectativa, dada à queda tão profunda, até por efeito base, até porque o PIB ficou muito baixinho, que os primeiros crescimentos, e normalmente é assim, quando o País sai da recessão, as primeiras retomadas são mais rápidas. Os primeiros passos são percentualmente maiores, porque a base é baixa, mas, no ano, crescemos só 1%. Dois mil e dezessete era o primeiro. Estava esquentando os motores da economia. Em 2018, vai ser mais forte. Dois mil e dezoito começou com uma expectativa de três, já foi para 2,5 e já caiu para 2. Há muita gente falando que o PIB vai ser abaixo de dois. O PIB de serviços do primeiro trimestre foi negativo, ou seja, o País tem um problema estrutural aqui muito maior do que a gente imaginava. Não está havendo retomada da economia. O estrago feito na economia foi muito grande. Não estamos conseguindo retomar a economia. A impressão é que as demandas mais estruturais precisam ser feitas. Portanto, essa taxa de crescimento de 3, 2,5, 2,6 é um cenário canônico, mas nós precisamos olhar isso com um pouco de calma, porque eu acho que depende de muitas incertezas que ainda vão se desdobrar neste ano, especialmente no campo político.

Outra variável que eu acho importante é a variável de inflação. Estamos aí com uma projeção perto das metas de inflação do Banco Central, 4,25, 4% para frente, mas a verdade é que a inflação está caindo muito mais do que se imaginava. Eu estava olhando os dados do IPC-FIPE, para a cidade de São Paulo, e, acumulado em doze meses, está em 1,3. Só como comparação, se pegarmos um país vizinho aqui, a Argentina, teve, no mês passado, uma inflação de 2,5 no mês inteiro. A gente teve, em doze meses, 1,3, ou seja, a inflação segue correndo muito baixo. Eu não sei nem se isso é uma boa notícia, porque ela reflete muito essa recessão econômica muito profunda por o País está passando, mas ela afeta as nossas receitas também. Inflação baixa significa que as receitas, em termos nominais, tendem a crescer. Pelo menos, afóra o esforço da Secretaria de Fazenda buscar crescimentos de

arrecadação para melhoria de fiscalização, melhora de sistema, em tudo o que nós temos feito, e não é de hoje - é importante salientar essa transformação importante na receita, tanto do ponto de vista das fiscalizações quanto do ponto de vista da melhora de sistemas. Isso já começou na gestão passada. É importante consignar isso. Os resultados vão aparecendo devagarzinho, mas a gente precisa tomar cuidado com esse cenário.

Vamos ao próximo *slide*. O que nós estamos apresentando, nessa Lei de Diretrizes Orçamentárias, são nossas perspectivas de resultado primário, receitas totais e receitas nominais. O resultado primário de 19 é bem abaixo do resultado primário de 20 e 21, e abaixo do histórico de resultado primário recente. Por que é importante o resultado primário? Porque nós ainda temos uma despesa com dívida, que é elevada, apesar de a reestruturação ser feita recentemente.

É importante haver um resultado primário para fazer frente a essas despesas. Este ano, em particular, os anos de 2018 e 2019, o resultado primário tende a ser baixo, por uma questão técnica que eu já mencionei na LOA do ano passado, aqui na Câmara, que é a questão das operações de crédito, os empréstimos que estamos pleiteando junto ao BID, junto ao Banco Santander, junto à Caixa Econômica Federal, que são empréstimos, operações de crédito, que vão para a Saúde, para a Habitação, para Transporte, só que esse cara é uma receita não primária e uma despesa primária. Gera uma despesa primária, quer dizer, quando eu pego um dinheiro emprestado do BID e construo um hospital com ele estou gerando, tenho, uma receita nominal, uma receita não primária, e uma despesa primária.

Ou seja, isso faz com que o superávit primário seja menor naquele particular período, porque nós temos uma despesa primária que é respaldada por uma receita não primária. O balanço agregado da Prefeitura não muda, mas muda essa dinâmica. Então, tenho certeza que pode vir questionamentos nesse sentido durante a discussão da LDO, e é importante consignar.

E não só as operações de crédito, as operações de parceria, as operações de

desestatização também vão nessa mesma linha, quer dizer, quando nós vendemos o Anhembi, a venda do Anhembi gera uma receita não primária para a municipalidade. Eu pego a receita do Anhembi e destino à construção de uma escola, de um CEU, de um hospital, eu estou gerando uma despesa primária a partir de uma receita não primária.

Então o Programa de Desestatização e Parcerias e as operações de crédito que nós estamos pleiteando e fazendo, essas operações de crédito também é outro ponto que eu sempre gosto de consignar, que ela vem sendo possível pela boa gestão fiscal e financeira da Prefeitura. Nós acabamos de ter nosso pedido de verificação de limites para as operações de crédito aprovado na Secretaria do Tesouro Nacional, porque nós temos cumprido as nossas obrigações de liquidez e de nível de endividamento. Também faço uma menção à gestão passada que também fez uma reestruturação, uma renegociação da dívida municipal que foi importante e abriu espaço para essas operações de crédito.

---

Acho que a gestão fazendária, a gestão fiscal do Município de São Paulo vem, nos últimos anos focando seus esforços no equilíbrio intertemporal das contas, na manutenção da liquidez do Município, no pagamento das contas em dia, quando a gente compara o que a recessão econômica do País fez nos outros estados, e compara com os municípios, com a cidade de São Paulo, temos uma condição mais tranquila, mais sólida, muito por conta dessa gestão ciosa do ponto de vista fiscal.

Mas isso não significa que necessariamente não há movimentações dentro do Orçamento e essas movimentações são importantes e eu vou tocar num dos pontos principais delas daqui a pouquinho. Só queria, antes, mostrar o gráfico do endividamento, que é outro tópico que a LDO aborda. Pode passar para o próximo.

Essa LDO traz um aumento do endividamento anual frente ao ano passado. Quando apresentamos a LDO no ano passado, esperávamos que a dívida crescesse menos naquele ano, neste ano aqui, de 18 e 19, do que está crescendo. A pergunta é: “Por que a dívida vai crescer mais em 2018 do que vocês esperavam do que ia crescer?”. É exatamente

por conta desse gráfico aqui.

Em 2016 fechamos a dívida total em 41.5 bi; a LDO passada trazia que, em 2017, a dívida ia subir de 41 para 45; e aí, depois, ia subir de 45 para 46; ou seja, a variação, em 2018, ia ser pequena, não muito grande. Mas, a partir de um nível lá em cima. Acontece que em 2017 conseguimos uma redução importante do endividamento da Prefeitura que reforçou essa abertura de espaço para as operações de crédito que estamos conseguindo agora junto à STN, e essa queda importante do endividamento, em boa parte, vai ser compensada neste ano de 18, porque houve aqueles ingressos mais fortes de recursos no final do ano passado, principalmente, no PPI que gerou demandas para esse ano e, boa parte das operações de crédito que nós esperávamos fazer o ano passado, que ia subir o endividamento, nós vamos fazer esse ano.

Em termos de variação, em termos de delta, a dívida desse ano tende a crescer mais, esperávamos que ia crescer, só que o nível dela é muito mais baixo, muito mais saudável e nós continuamos, a partir de 18, prevendo uma trajetória de queda do endividamento público, o que é bastante saudável, porque vai abrindo espaço para outras despesas. Nós vamos cumprindo com nossas obrigações e vai abrindo espaço para outras despesas.

Queria finalizar minha exposição com um gráfico, é um pouco mais para frente, por favor. Esse gráfico. É um gráfico emblemático das finanças municipais da cidade de São Paulo. Eu reforcei aqui, diversas vezes, que o papel da Secretaria da Fazenda é manter o orçamento equilibrado. E nós vamos manter o orçamento equilibrado. Só que manter o orçamento equilibrado, muitas vezes, pode demandar, apertar, um lado para acomodar crescimento de despesas obrigatórias de outro. E esse gráfico, essa dinâmica, acho que todo cidadão paulistano deveria ter em sua cabeça.

Em 2010 e 2011, não faz muito tempo, outro dia, o investimento total na função Habitação era muito parecido com a insuficiência da Previdência Municipal. Muito parecido. Em torno de R\$ 1 bilhão. Nós investíamos R\$ 1 bi na Habitação e suplementávamos o Instituto de

Previdência, com recursos do Tesouro, para completar o pagamento de aposentadorias. Vejam como que essa dinâmica evolui em tão pouco tempo. São 6 anos, de 2011 a 2017. A insuficiência da Previdência escala de 1.2 ou 1.3, em 2011, para 4.6 em 2017. Não há receita que cresça a essa velocidade. Não há. Esse crescimento aperta o orçamento de outras secretarias.

A função da Secretaria da Fazenda é manter o orçamento equilibrado. Qual é a decisão da sociedade. A decisão da sociedade é manter essa tendência de crescimento da Previdência. Ok. Eu, como Secretaria da Fazenda, tomo isso como dado e acomodo isso dentro do orçamento.

O investimento em Habitação caiu pela metade. Caiu de 800, é de 985 para perto de 487, ano passado, que é basicamente as receitas vinculadas. Isso aconteceu com a Habitação e aconteceu com outras Pastas também. Então essa consignação é importante, não fizemos uma reforma da Previdência lá atrás, não fizemos a reforma da Previdência em 2015, não fizemos em 2016 e não fizemos em 2017, nem 2018. Quanto mais tempo nós prorrogamos isso, eu participei de diversas audiências públicas aqui, na Câmara, sobre a reforma da Previdência, mas nós esticamos essa corda aqui. Essa corda comprime o orçamento das demais Pastas da municipalidade.

Feitas essas observações, encerro minha participação e queria agora abrir para perguntas e comentários da plateia. Obrigado. (Pausa)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Secretário. Habitação? Quer fazer uma introdução sobre especificamente a Pasta? (Pausa) Educação? (Pausa)

**O SR.** \_\_\_\_\_ - Eu queria, rapidamente, só complementar, uma vez que se trata da audiência temática, instrumento da LDO prevê o anexo das metas da gestão, no anexo um, que é o anexo de metas e prioridades.

E aí eu queria só contextualizar as metas da educação que estão colocadas nesse anexo. A Prefeitura tem alguns instrumentos de planejamento. O Plano Plurianual é um deles.

Hoje, nós estamos na vigência do Plano Plurianual 2018/2021 que foi discutido nesta Casa e aprovado no ano passado. Nós temos também o Programa de Metas da Prefeitura, fruto de uma lei de iniciativa popular, foi incluído como uma emenda à Lei Orgânica e que se prevê que a gestão faça então seu planejamento de quatro anos. O Programa de Metas foi então apresentado à sociedade no primeiro semestre do ano passado de forma que o anexo de metas da LDO nada mais é do que um reflexo das metas já previstas nesse Programa de Metas com as suas quantificações e seus descritivos para o ano de 2019, uma vez que nós estamos falando das Diretrizes Orçamentárias para Lei de 2019.

Então, o que consta aqui são as metas de fato que entraram no Programa de Metas da Prefeitura - quem quiser um detalhamento do que está aqui pode consultar o site do Planeja Sampa, onde cada um desses projetos está detalhado com suas metas abertas, as metas que estão regionalizadas estão lá, os dados regionalizados é possível consultar de forma que aqueles que tiverem interesse em conhecer mais a fundo as informações que estão aqui, seja da educação, seja de outras áreas, eu acho que talvez seja a forma mais prática de fazê-lo.

Estou fazendo esse esclarecimento para justificar porque eventualmente pode ter questionamentos como: Por que tal e tal projeto não está aqui no anexo? Bom, por isso. O anexo, na verdade, reflete o que está previsto no Programa de Metas são algumas escolhas prioritárias da gestão, não é uma lista exaustiva de tudo o que a educação pretende fazer, nem do orçamento da educação.

Então, seria só esse esclarecimento e estamos à disposição para todas as dúvidas.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – A Vereadora Soninha precisou sair. Então vamos lá, rapper Pirata.

**O SR. PIRATA** - Bom dia. Bom dia aos secretários e aos adjuntos deles. A Secretaria da Educação, por enquanto, a gente acha suave a parte dela por ter investido o dinheiro da política pública do hip-hop emitido para Secretaria de Cultura. A Secretaria de Cultura não cumpre a política pública, não dialoga com ninguém.

E aí o projeto de Diretrizes Orçamentárias é uma lei que aponta diretrizes para o orçamento que garante a participação da população. Na Constituição da Cidade está falando que todo o poder é do povo e tem seus representantes e não representante das empresas. Não dá, Megale, a gente ouvir na cidade de São Paulo que o orçamento que estamos acompanhando que era de 50 bi no ano passado e, hoje, ouvi que são os aposentados que fazem a crise do orçamento.

O diálogo não é verdadeiro porque o orçamento tem decrescido do IPTU, etc, não tem essa crise que falam toda hora, porque se tem crise, vocês apontaram o ano passado que as relações com as OSs, o orçamento está alto, UADAs(?) de funcionários está alto, o problema está em outro lugar e vocês não querem ir para esse lugar porque já tem uma década que várias secretarias não têm funcionário público. Então, ao contrário, a crise vai ser do sistema porque como vai pagar os funcionários públicos sendo que não tem as pessoas trabalhando nessa área? Precisa melhorar esse diálogo.

Outra coisa que a gente percebe que a LDO, o que se cumpriu em 2018? Nada. Ai eu vou para a Secretaria de Cultura. A Secretaria de Cultura tem as políticas do hip hop. A gente planeja uma política para quatro anos, 21 milhões de reais, o que fizeram este ano? Nada. Fizeram um mês do hip hop, como fizeram o mês do Hip Hop? Intervindo - isso é contra a lei, está lá na Lei da Cidade porque eu tive que ler essa bendita Lei e aparece que as pessoas que estão no espaço público não leem. As suas funções são para a população. Está escrito na Lei que é representativo povo garantia de movimentos sociais participando. Está escrito na bendita Lei: garantia dos movimentos sociais, garantia do cidadão. O Secretário André Sturm não faz nada disso. O que ele fez? Para intervir, ele pegou uma pessoa, coloca lá como núcleo do hip hop, atrapalha todo o movimento para não fazer a política pública que está no orçamento e a política pública da LDO. Atrapalhar tudo e aí eu pergunto: para onde vai todo esse dinheiro?

Eu li a peça da LDO e ele mantém o negócio de frequência de público e aí vai fala

que vai fazer a implementação desse ano. Vou falar do hip hop que é mais fácil, para não falar dos outros danos das outras áreas que esse Secretário está fazendo, porque ele não dialoga com a população, não diálogo orçamento e etc. e é difícil falar em seis minutos o que nós estamos vivendo no cotidiano. Era para fazer implementação da casa da zona Sul, casa de hip hop da zona Leste, zona Oeste, não tem nada. Em 2019, vai fazer a reconstrução da casa de hip hop da zona Leste. Você vai lá não tá acontecendo nada. Já tem orçamento este ano e não está acontecendo nada. Da zona Oeste, como que está? Não está acontecendo nada.

Precisa colocar na Lei de Diretrizes a Lei da Cidade, a garantia da participação da população na discussão orçamentária. Secretários do Município que tem medo de falar com o cidadão, que não faz audiência, que não dialoga, não tem transparência com dinheiro público é contra a lei. Cadê a transparência? Só do hip hop a gente quer saber desde quando tirou um monte de gente. São dois milhões de reais. Para onde foram os dois milhões de reais? O que foi feito com os dois milhões de reais? Aí a gente é obrigada a reduzir o orçamento dos artistas, excluir artista. Eu sou do movimento hip-hop, eu não tenho acesso a participar da cultura da cidade neste momento. Eu não tenho os caminhos porque eu não sou amigo do rei e eu não quero ser amigo do rei. Eu quero que cumpram as leis e os funcionários públicos têm essa função.

Agora, da Habitação, a gente precisa de um desastre para a gente falar dos problemas. Tenho umas perguntas. Têm 25 mil pessoas em situação de rua, têm mais de 10 mil pessoas nas ocupações. Se eles vierem com essas políticas que eles estão falando por trás de tirar as pessoas da ocupação, terão 35 mil pessoas na rua. Qual Governo vai bancar isso? Porque as políticas não são efetivadas justamente porque as políticas do orçamento não são efetivadas. Certo? Não dá para comparar a política de habitação com a política da previdência porque faz tempo que os Secretários de Habitação não fazem política na cidade. Simples assim. Não precisa ser muito inteligente. E aí o fundo de emergência que todo orçamento tem, porque não está na situação do Paissandu? Porque a crise toda de pagar a bolsa aluguel que é

lei, porque no Paissandu, para dar exemplo de habitação, quais as políticas que estão erradas, que querem terminar esse movimento, mas a política que está no orçamento. Lá tem de ter assistência social, se tem o ECA, o Funcard, tinha de atender as crianças que estão lá. Você tem habitação, a política de habitação, assistência social, Funcard, o Estatuto do Idoso, porque essas pessoas estão abandonadas lá? Nesse momento é sintomático a Cidade de São Paulo, o que aconteceu no Paissandu. Mostra que esse governo não executa o orçamento. Outra questão, encerrando, a falácia da venda do bem público. Toda hora eles falam que isso é uma furada. Ele acabou de falar. O dinheiro do bem público vendido não adianta nada para a Cidade de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o Sr. Fabio Siqueira.

**O SR, FÁBIO SIQUEIRA** – Bom dia a todos. Com muita alegria venho aqui em nome do Conselho do orçamento participativo, já pelo 7ª ano consecutivo falar das Diretrizes Orçamentárias. Saúdo o nobre Vereador Jair Tatto, Presidente da Comissão, Secretário Caio Megale, da Secretaria da Fazenda e demais representantes das outras secretarias, especialmente população aqui presente que vem a cada ano discutir as diretrizes orçamentárias.

Como bem disse o orador Pirata, disse, realmente é uma discussão cada vez mais inócua em minha opinião porque existe uma lista de diretrizes para o orçamento e não são cumpridas, infelizmente. O descumprimento não começa com zerar urbanizações, zerar regularização, começa já na questão da própria lei em si, o projeto de lei, 167/ 18. Porque ele fala em uma questão do princípio da participação da sociedade. Mas como será feito esse princípio? Como a população participará do orçamento, da LDO, do PPA? De que forma? Ano passado, me recordo, foi um ano muito importante, porque também se discutiu o PPA, que é um plano quadrienal, são quatro anos, foram reuniões esvaziadas no mês de agosto, nas prefeituras regionais, realmente um desastre, uma tragédia, e que se misturou a discussão do PPA com o orçamento. foi uma situação dantesca, infelizmente, como também nos últimos

anos a partir da mal fadada gestão José Serra, se fez nessa cidade o ocultamento do orçamento, o que viola a Lei Federal. O próprio projeto de lei cita a Lei Complementar 1101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal e nessa lei há um artigo muito importante que protege a população. A população tem de participar da fase de elaboração das peças orçamentárias. O que é essa fase? É a fase antes de chegar o projeto a esta Casa. Alguém aqui participou da fase de elaboração da LDO de 2009? Ninguém participou porque não houve audiências públicas colocadas pelo Executivo para essa finalidade. Esse projeto já está irregular na minha seção. No Estado, a participação é virtual, ou seja, o cidadão é considerado um robô, uma máquina. Se descola a discussão dos órgãos efetivos para isso, como as casas legislativas, ou as próprias estruturas da Secretaria. Seja estadual ou municipal e também federal. Governo Federal é um mistério, praticamente ninguém discute aqui a questão dos correios que está uma tragédia, os neoliberais querem privatizar, a questão da Sabesp e essa coisa absurda neoliberal da privatização, que mostra como esse João Doria é incompetente porque saiu do Governo, não privatizou nada. Não privatizou nem a casa dele. Esse ex-Prefeito, é um incompetente. Promove as coisas, e não executa as coisas. E ficamos bastante indignados com toda essa questão.

Falando, agora, gostaria de perguntar para o Secretário Megali, de como será o processo de participação do orçamento? Vão ser essas ridículas audiências de agosto, onde as prefeituras já estão seriamente prejudicadas, porque cortaram o orçamento da Cidade Tiradentes, São Mateus. As regiões carentes perderam o Orçamento, ou seja, uma situação absurda, que esse João Doria legou. Essa herança maldita aprendida pelo patrão dele Fernando Henrique Cardoso, realmente colocou a Cidade de São Paulo em uma situação ridícula que há muito tempo, vergonhosa. Há muito tempo a Cidade de São Paulo, não passa.

Falando agora dos temas. Tema da habitação: queria entender qual a razão de estar zerada a dotação de urbanização. É um vexame com a situação da habitação nessa cidade, que nada, praticamente, foi executado para a urbanização de favelas na Cidade de São

Paulo. Como também nada foi executado em 2017 para construção de unidades habitacionais. São 50 milhões que parece enfeite. Nada foi executado. A dotação 3354, do gabinete da Secretaria de Habitação, 2017 e em 2018 o resultado é muito semelhante. Gostaria de ter uma explicação do Secretário Carapicuibense, que não veio aqui para explicar porque isso está acontecendo. Porque que a habitação não está sendo prioridade, não foi dinheiro nenhum do Governo João Doria, e parece que não está sendo do Governo Bruno Covas. Situação muito estranha porque o pessoal precisa de moradia, moradia é um direito social pela Constituição e as coisas não estão acontecendo. Quero exemplificar para o orçamento de 2018, construção habitacionais 218 milhões, até março, nada executado. Programas mananciais: 52 milhões, até março, nada executado. Formação de favelas: 90 milhões, até março, nada executado. Regulação fundiária, 24 milhões, nada executado. Ou seja, a Secretaria da Habitação parece que não existiu no primeiro trimestre de 2018. Realmente, esse senhor João Doria, é um vexame, é um perigo para a política brasileira. Na Secretaria de Cultura, os dados, infelizmente são muitos semelhantes. Como foi dito aqui a questão das bibliotecas, a questão dos equipamentos culturais, estão em uma situação decrépita e podemos observar uma Virada Cultural com critérios artísticos muito, muito questionáveis o que vai acontecer agora no próximo final de semana. E na questão da Educação, vou me abster de comentar um protesto, ao pior Secretário da história da Cidade de São Paulo, chamado Alexandre Schneider. Sem dúvida o pior Secretário da história da cidade, na gestão Kassab. Foi um verdadeiro pavor e agora volta, estranhamente, na gestão Bruno Doria, e realmente os CEUs desapareceram, as dotações são mínimas e vamos aguardar o relatório agora do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, a partir do mês que vem para ver o estrago que essa gente fez diante da educação pública da Cidade de São Paulo. Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – No dia 29, teremos aqui a exposição da obrigação da lei de responsabilidade fiscal, que é receitas e despesas do primeiro quadrimestre. Teremos audiência pública.

Com a palavra o Sr. Eduardo.

**O SR. EDUARDO** – Bom dia a todos. Eu tinha algumas questões relativas para poder elaborar o relatório do nobre Vereador Atilio Francisco. A primeira é a seguinte: é a dúvida com relação ao PPA. Não foram publicados anexos com valores do PPA. Fui fazer uma conferência e não localizei até agora. Perguntei ao pessoal da assessoria da Casa, nós não localizamos os anexos, não sei bem por que. Algumas perguntas que irei fazer, eu utilizei o critério do anexo enviado pela Prefeitura do Município de São Paulo. Ano passado, já que os anexos do relatório ainda não foram publicados. Primeiro com relação à questão do transporte, o item cidade conectada, construção e colocação e operação de 72km de corredores de ônibus, a meta geral, 8 km de corredores de ônibus para 2019. O valor é que me surpreendeu: 1 bilhão, 421 milhões e 600 mil reais para 8 quilômetros de corredor de ônibus. Espero que seja um erro porque estavam destinados, para 2019, 216 milhões. Então, de onde está vindo esse 1,2 bilhão, e por que esse valor para 8 quilômetros? É preciso se saber se isso envolve desapropriação de imóveis porque a conta não fecha.

Também: “construir e colocar em operação 2 terminais de ônibus”. Estavam estimados 76 milhões para 2019; aqui o valor é de 179 milhões e 700 mil reais. Se pegar mesmo os 200 milhões que foram para 4 anos, é uma diferença também razoável em relação ao que estava constando no PPA,

Eu já conversei com o Secretário de Educação, mas acho bom que fique registrada nas notas taquigráficas a questão do currículo da cidade de São Paulo: 8 milhões e 500 mil reais para publicação, impressão e distribuição de cadernos da cidade de São Paulo a todos os professores e alunos. Num momento em que a Prefeitura e a Secretaria fazem um esforço grande para informatização, por que a necessidade de se gastar 8 milhões na impressão de um material, ao qual se poderia ter acesso de outra forma, a não ser que haja um caráter pedagógico dentro da sala de aula. Acho que precisaria ficar claro se isso não seria só um elemento de divulgação. Porque levar 17 milhões para colocar mais uma pessoa na sala de

aula, um estagiário, e 8 milhões para fazer a divulgação de um currículo, isso é algo que eu gostaria de entender melhor.

Com relação também a adquirir equipamentos para os CEUs para laboratório de educação digital, consta a aquisição de notebooks dois em um: *notebook* e *tablet*, que são equipamentos muito mais caros do que um CPU ou do que um *notebook*. Aqui constam 31 milhões para essa aquisição.

Com relação à habitação, o que eu levantaria é o episódio do 1º de maio, que trouxe a nu na cidade de São Paulo a questão das ocupações dos prédios urbanos. Aqui temos um conjunto de itens que já constavam do PPA. A pergunta é: como, na LDO e no Orçamento deste ano, será tratado o problema das ocupações de prédios? Essas pessoas já constam nos programas que estão especificados na LDO?

São essas as minhas considerações. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado. Rogério Limonti. Depois, João Alberto, do Sinesp.

**O SR. ROGÉRIO LIMONTI** – Bom dia a todos e a todas. Sou Rogério, assessor da Liderança do PT. Primeiramente, farei algumas colocações sobre o anexo I, Programa de Metas, começando pela Secretaria de Educação.

Uma das metas mais alardeadas pela Secretaria da Educação é o Projeto Nossa Creche. Começou com uma meta de 130 mil vagas em 2017, que foi a promessa de campanha; depois essa meta caiu para 65,5 mil para dezembro de 2017; depois, de 65 mil para março de 2018; depois, 65 mil só para o final de 2018. E no Programas de Metas, 65 mil para março de 2018, mais 20 mil em 2019 e 2020. Em 2017, foram criadas apenas 26 mil, o que deixa um saldo de 39 mil para esse ano. Na LDO de 2019, das 20 mil que seriam para o biênio 2019/2020, há uma previsão só de 9 mil; ou seja, já é um valor inferior à divisão dos dois anos.

A pergunta para o Secretário Adjunto é: se já não se deveria prever um atraso em

relação à execução desse ano e prever mais vagas em 2019.

Outra questão em relação ao Programa de Metas. A ação 19.4 é ampliar o número de matrículas em creches famílias que recebem Bolsa Família. Era uma meta de ampliação, mas no ano passado esse número de crianças matriculadas caiu de 92 mil para 86 mil. Então, como anda essa meta? Ainda mais porque no anexo de prioridades e metas, que foi encaminhado à LDO, não consta nenhum valor para essa ação para 2019.

Outra questão. Outro programa que teve resultado inferior ao registrado em 2016 foi a ação “garantir a presença de um estagiário para apoio a professor em todas as turmas do 1º ano do ensino fundamental”. Antes, 86,6% das turmas contavam com a presença de estagiário; agora, 85,6%. Também aqui indagamos sobre manter o que já tinha sido alcançado; e se são necessários novos recursos para atingir o resultado essa ação.

Outra ação que fica evidente no anexo é a 21.4, sobre apoio pedagógico. Indagamos sobre os valores. Aqui o apoio pedagógico está sendo pensado para o acompanhamento de 3.020 unidades escolares, e a destinação é de 707 mil reais para apoio pedagógico, o que daria um valor de 234 reais para cada unidade. Numa conta rápida: se a maioria das unidades tem mais de 200 alunos, então daria cerca de 1 reais por aluno. Perguntamos se isso seria suficiente para o programa pedagógico nas escolas.

Outra questão, e nessa creio que houve um erro. No portal do Planeja Sampa, a ação 23.2, “publicar e difundir o currículo da cidade de São Paulo” encontra-se concluída. Mas, para 2019, se prevê a destinação de 8,9 milhões. Então, perguntamos se ela foi ou não concluída. Gostaríamos de um esclarecimento nesse sentido.

Referente à pasta da educação, seriam esses os questionamentos.

Em relação ao transporte, reforçando o que o Eduardo acabou de falar, há 8 quilômetros para 1,4 bilhão, o que daria 177 milhões por quilômetros. Na média anterior, o gasto por quilômetro em corredores era de 15 milhões a 20 milhões. Então, o valor de 177 milhões carece de uma explicação.

Para terminar, em relação à cultura, a questão é mais em relação à execução orçamentária e como a Secretaria de Cultura está-se organizando nesse sentido. Porque no ano passado ela liquidou 37 milhões a menos em relação a 2016; houve uma redução orçamentária drástica na liquidação. A função cultura, considerando todo o gosto de cultura em todas as Secretarias, também foi reduzida. Então, a pergunta é: como a Secretaria está se planejando para cumprir os 2% do Orçamento previsto no Plano Municipal de Cultura.

Por fim, em relação à habitação, uma pergunta ao representante. Está previsto 1,2 bilhão de investimento em moradias. No PPA, essa previsão era de apenas 200 milhões. Na LDO, a previsão de investimento é um pouco acima de 4 bilhões. Então, quero só confirmar esses números. Como teve um salto de quase 1 bilhão e tem um investimento total de 4 bilhões e pouco na Prefeitura, se realmente o planejamento para a área de habitação para 2019 se alterou, não é mais o que estava no PPA, que eram 200 milhões e passou 1.2 bi.

---

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Rogério.

Tem a palavra o Sr. João Alberto.

**O SR. JOÃO ALBERTO** – Bom dia a todos os presentes. Saudação à toda Mesa, principalmente ao Presidente Tatto, sempre confiável quando tratamos dos temas caros à sociedade paulistana.

Mais uma vez, vimos um *Power Point* da Secretaria da Fazenda. Sempre com o mesmo discurso: *deficit, deficit, deficit*, e o culpado sempre é o funcionalismo e a previdência do servidor público.

Só pode ter *deficit* no sistema de previdência do Município de São Paulo, porque o governo do PSDB criou um Instituto de Previdência, transferiu para ele todas as obrigações de aposentadorias e pensões e não injetou dinheiro nenhum, não capitalizou o Instituto. Por isso, qualquer cálculo atuarial que for feito no Iprem vai apontar *deficit*, que, na verdade não é *deficit*, mas a dívida da Prefeitura com o funcionalismo de São Paulo. Passaram para o Iprem toda a responsabilidade sem dinheiro nenhum, e o culpado é o funcionalismo? Comparam o *deficit* da

previdência com a arrecadação do IPTU, e na fala do Secretário fica claro que a maior arrecadação é do ISS, mas, na hora de comparar o suposto *deficit*, comparam com o IPTU. Tentam enganar a população passando a ideia de que não se tem dinheiro para nada porque tudo vai para a previdência do funcionalismo.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. JOÃO ALBERTO** – Então, na parte orçamentária e contábil, mas é o caixa da Prefeitura. Mas o que a gente vê é que a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê gasto com folha até 60% do Orçamento. O que acontece aqui em São Paulo é que depois de 13 anos de reajuste anual de 0,01%, o que se vê é que o gasto com a folha de pagamento mal passa de 37% do Orçamento. Então, estamos muito abaixo do que a Lei de Responsabilidade Fiscal considera como razoável para o gasto com o funcionalismo, e ainda vêm comparar e fazer terrorismo de que vamos chegar à situação do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, onde o gasto com a folha de pagamento é o dobro do nosso, que está arrojado há 13 anos.

Está para ser votado nesta Casa um projeto de lei enviado pelo Prefeito Doria de reajuste de 0,01% em 2016 e de 0,01% em 2017 e neste ano de 2018 o funcionalismo ainda não conseguiu sentar à mesa com o Governo para discutir o reajuste geral anual; se recusam a marcar uma data para sentar com o funcionalismo. Estamos no dia 16 de maio, e a nossa data-base é dia 1º de maio. Cadê a negociação com o funcionalismo? Cadê o diálogo? Cadê a transparência? O ofício do Fórum das Entidades está lá, entregue, mas sem resposta.

O Secretário falou do desejo da sociedade. O desejo da sociedade está nas leis, e nós esperamos o cumprimento delas. A Secretaria da Educação está com escolas que não tem sequer professor na sala, sem falar de módulo. Em todas as 13 Delegacias Regionais de Educação na cidade de São Paulo faltam professores em sala de aula, sem citar o módulo, que seria aquele professor que iria substituir aquele que não tem na sala de aula. Não temos nem docente assumindo aula nem o professor de módulo para substituir as eventuais ausências dos

professores.

São feitos concursos, mas os aprovados não são chamados. Há diretores e supervisores aguardando chamada, e a desculpa é sempre a mesma: “A Fazenda não autorizou, está em JOF”. O Estatuto prevê concurso quando há 5% dos cargos vagos, mas o pedido da Secretaria de Educação para concurso de coordenador pedagógico está parado e a resposta do Governo, por enquanto, é que provavelmente não; ou seja, vai obrigar as entidades a irem ao Ministério Público para obrigar o Governo a cumprir a lei, porque não cumpre.

Essa, então, é a situação que estamos vivendo. Mas o Secretário fala da inflação baixa como uma coisa ruim para o Orçamento. Para o funcionalismo, que recebe 0,01% de reajuste, quanto mais baixa, melhor, porque o prejuízo é menor, porque ele observa a inflação do ponto de vista da receita do Município, e nós vemos a inflação do ponto de vista da receita do trabalhador, aquele que depende do seu salário para comer, para dar assistência à sua família. Mas para o Governo são só números, não são pessoas.

Infelizmente é isto que a gente vê, mas, se a inflação está baixa, mais um motivo para se cumprir a lei, dar o reajuste geral anual, que repõe o poder de compra e cumpre o Estatuto do Magistério, que exige, a cada ano, reajuste do piso do Magistério, outro pedido que o Governo, até agora, não atendeu. As entidades todas do Magistério pediram para sentar à mesa para negociar o reajuste do piso do Magistério, conforme está previsto no Estatuto do Magistério. Resposta do Governo até agora: nenhuma. Então, que debate de Orçamento é esse que estamos fazendo? É um debate de surdos?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o Sr. Fernando Ferrari, do Movimento Cultural das Periferias.

**O SR. FERNANDO FERRARI** – Bom dia a todos e todas. Faço parte do Movimento Cultural das Periferias, que vem, há quatro ou cinco anos, discutindo a questão orçamentária no âmbito da cultura.

Gostaria de falar um pouco sobre a Pasta da Cultura e sobre os processos democráticos que vimos acompanhando e que foram desmontados nesta gestão. Sobre a participação popular nesses processos, na 3ª Conferência Municipal da Cultura, levamos algumas pautas superimportantes; algumas foram vitoriosas, como as Casas de Cultura, que estavam nas mãos das subprefeituras e hoje está sob o comando da Secretaria Municipal de Cultura, graças a esse grande esforço das coletividades, a lei de Fomento à Cultura da Periferia e os espaços de ocupação cultural que existem na periferia, espaços que a municipalidade abandonou em diversas partes e agora os coletivos fazem a gestão.

Sobre o Plano Municipal de Cultura e o *Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, que também virou lei em 2015, mas também está sendo desrespeitado, queria perguntar à Secretaria de Cultura por que vocês ainda não implementaram o Plano Municipal de Cultura? Porque com ele nós conseguiríamos ter um Fundo Municipal de Cultura e um Conselho Municipal de Cultura.*

*Outra pergunta é sobre a falta de diálogo da Secretaria e o autoritarismo ao desmontar todo um processo histórico, um desrespeito enorme de não dialogar com o que foi descrito naquela terceira conferência e acabar implementando processos da cabeça do Secretário. Então, por exemplo, ele implementou um plano Biblioteca Viva desconsiderando uma lei municipal, que é o Plano Municipal de Livre Leitura.*

Outra coisa é o desmonte orçamentário na pasta da Cultura. São 0,7%, menos R\$ 35 milhões na pasta, uma pasta que vinha tendo um crescimento anual de orçamento. O que a gente pede para o Plano Municipal de Cultura são 3%, sendo metade para a periferia, o que daria aproximadamente R\$ 1,62 bilhão; mas não chega a R\$ 400 milhões.

Gostaria de perguntar referente às perseguições aos espaços ocupados por coletivos de cultura, que cumprem uma função social na cidade de São Paulo. São em torno de 21 espaços, que têm 25 anos, 18 anos, de existência, fazendo a função social nas periferia e cumprindo um papel importantíssimo de direitos humanos nos territórios, já que grande parte

estão em áreas de alta vulnerabilidade social. E a municipalidade vem perseguindo esses espaços.

Faço parte do Sacolão das Artes, que foi fechado semana passada. Ermelino Matarazzo também vem sofrendo represálias, com corte de luz e água pelas Subprefeituras; e Jardim Damasceno também vem sofrendo algumas retaliações.

E sobre a questão da dívida pública, pergunto ao Secretário por que a gente paga R\$ 3 bilhões por ano de juros da dívida pública. E por que essas audiências não foram divulgadas de forma democrática para a Cidade? Na verdade, quem descobriu esta audiência foi o pessoal da Nossa São Paulo, que acabou democratizando.

É muito estranho tratar o Orçamento da Cidade de forma privada. Então, vale a pena fazer um convite para o Secretário Caio Megale. Falta informação à população. Temos de discutir esse processo de divulgação, inclusive para regionalizar esses encontros. Fica um provocation para o Secretário Megale de se pensar em como fazer uma participação popular deste Orçamento, de forma democrática e pedagógica.

Outra coisa é que o Tribunal de Contas do Município começará a promover encontros territoriais, para começar a acompanhar e entender a questão orçamentária. Fica essa provocation de se pensar em como democratizar o acesso à informação referente ao Orçamento da cidade de São Paulo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Fernando. Houve uma publicação nos jornais de grande circulação dia 14 e 15. De fato, é pouca coisa, concordo. Mas é sempre um desafio.

Comunico a presença do nobre Vereador Atílio Francisco, Relator da LDO.

Tem a palavra a Sra. Alessandra Cavanha, da Brasilândia/ Freguesia.

**A SRA. ALESSANDRA CAVANHA** – Bom dia. Estou representando o movimento pela continuidade das obras dos CEUs na cidade de São Paulo.

Desde o ano de 2016, no início da gestão, que as obras de 14 CEUs estão paralisadas na Cidade, em total abandono. E nós viemos para justamente trazer um documento pedindo a retomada dessas obras.

A ausência desses investimentos, além de tudo, acaba causando riscos e danos ao patrimônio público. Como podemos aferir ausência de investimentos? Abandono total do canteiro de obras, danos ao entorno da obra, precarização das obras paralisadas, e previsão orçamentária insuficiente: uma vez que os contratos para a construção totalizam R\$ 470 milhões, enquanto que os valores fixados na Lei 16.772/17, que estima a receita e fixará a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2018, e na Lei 16.773/17, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 a 2021, consta somente o valor de R\$ 1.409.127,00 para a construção dos CEUs.

É importante destacar que a ausência do investimento se mostra absolutamente injustificada, tendo em vista que a Lei 16.608/16, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2017, previu R\$ 231 milhões para a construção de CEUs.

Além disso, a arrecadação de R\$ 37,5 bilhões para R\$ 41,2 bilhões, portanto, uma diferença de mais de R\$ 3,7 bilhões, o que não justifica a falta de investimento nas obras. Segundo cálculos, faltam R\$ 470 milhões, porém a Prefeitura não inclui recursos no seu planejamento. No PPA, Plano Plurianual, 2018-2021, e na Lei Orçamentária de 2018, não há previsão de recurso suficiente para a finalização das obras de nenhum CEU. Apesar disso, a receita tributária para 2018 prevê um aumento de R\$ 4,1 bilhões no comparativo entre a Lei Orçamentária para o ano de 2018 em relação a Lei Orçamentária para o ano de 2017.

A tabela que consta no documento nos ajuda a melhor visualizar as informações do Plano Plurianual da Lei 16.773, de 2017, que dispõe sobre o quadriênio 2018-2021. Em 2018, R\$ 1.409.127; para 2019, a previsão é de R\$ 100.000; a previsão para 2020, R\$ 1.000; e para 2021, R\$ 1.000 também. Não dá para comprar meia dúzia de tijolos.

Anexamos também a planilha com a descrição de cada CEU e as obras que estão paralisadas. CEU Parque Novo Mundo; CEU Clube Escola Freguesia do Ó; CEU José de Anchieta Território; CEU Bonifácio São Pedro; CEU São Miguel; CEU Escola Vila Alpina; CEU Parque do Carmo; CEU Cidade Tiradentes; CEU Tremembé; CEU Grajaú; CEU Campo Limpo; CEU Pinheirinho D'Água; e CEU Taipas. Fonte: *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* e SOF Secretaria da Fazenda.

É importante destacar que não se trata de mera (inaudível) do administrador público em escolher onde investir o orçamento público, porque a ausência de investimento no presente caso poderá causar dano ainda maior e mais difícil reparação, visto que todo investimento até aqui realizado nas obras, em razão da precarização dessas, terá de ser refeito. Assim, diante do exposto, é que as entidades subscritas apresentam representação requerendo abertura de inquérito para apurar a ausência de investimento nos referidos equipamentos da educação, que poderá ter como consequência, além dos prejuízos aos munícipes, potenciais usuários dos equipamentos educacionais e culturais, o prejuízo erário municipal. Por isso, estamos entregando esse documento aqui e estamos entrando, inclusive, também, com um requerimento junto ao Ministério Público para a retomada das obras.

- Assume a presidência o Sr. Atílio Francisco.

**O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco)** – Muito bem, a próxima pessoa a apresentar a sua fala é Priscila Lemos, servidora municipal.

**A SRA. PRISCILA LEMOS** – Bom dia. Sou servidora municipal e tenho duas dúvidas: uma em relação ao orçamento de uma forma geral e outra em relação à habitação.

Em relação ao orçamento geral, eu queria que se fizesse uma explicação, uma exposição de qual é o impacto, a relação, pois no início da gestão foi colocada a questão do congelamento do orçamento de várias secretarias e várias políticas públicas não foram executadas, estão paralisadas até hoje por conta da justificativa desse congelamento do orçamento. Então, colocar qual é o impacto disso na LDO, como está o andamento disso, o

que se deu desse orçamento e o que vai acontecer daqui para frente.

E, em relação ao que foi colocado ao déficit da previdência e colocar isso na conta dos servidores e fazer um paralelo com o déficit habitacional, eu acho que a gente precisa se atentar à perversidade do que é isso, porque quando tentaram votar a reforma da previdência foi colocada a questão do IPTU. Como isso não colou, agora, como teve o desastre, em que pessoas morreram, vão querer colocar o déficit habitacional na conta da previdência municipal, sendo que isso é uma própria política da Prefeitura. Porque, primeiro, não considera o que o colega aqui já colocou em relação à previdência, de que foi repassada uma atribuição para o Iprem, mas não foi repassado o fundo para isso.

E também não foi colocado que a Prefeitura, ao tomar como política, as terceirizações e não contratar servidores, é óbvio que essa conta não vai fechar. Então, isso é planejado e é óbvio que isso vai continuar e a tendência é para privatizar o fundo. Então, é uma política, é uma escolha.

Outra questão, que eu acho que para então colocar de uma forma mais honesta, também colocasse um quadro com a perda salarial dos servidores, que há oitros chegou a 40%. Qual o último ano em que o servidor teve um aumento salarial com essa política de 0,01? Então, acho também que tem que colocar a outra ponta. Tem que colocar – eu estou falando dos servidores de uma forma geral – a Prefeitura não é só de professores. Então, tem que colocar a informação de uma forma mais honesta para a população saber.

Outra questão: qual é a proposta de diálogo com a população em relação a isso? A gente está falando da maior Cidade do país, a gente está falando do Orçamento, uma questão superimportante, a quantidade de pessoas que têm aqui. Como vai ser a forma de se publicizar isso e garantir que a população de São Paulo participe dessa discussão? Queria que fosse apresentada uma proposta hoje, de preferência, para que isso seja ofertado com antecedência para as pessoas se organizarem e participarem.

Outra coisa em relação à habitação: o gabinete da Vereadora Sâmia Bomfim

encaminhou um ofício para a Secretaria de Habitação no dia 20 de fevereiro de 2018 perguntando... Eu acho que vou ler os questionamentos, porque hoje é dia 16 de maio e esse ofício não foi respondido ainda. Então, também quero colocar a falta de diálogo, porque se para a própria Câmara essas informações não chegam, imaginem para o cidadão comum.

Vou deixar aqui as perguntas e se vocês puderem responder ou mesmo dar o indicativo de quando essas informações vão estar acessíveis. Qual é o projeto habitacional destinado às mulheres em situação de violência doméstica em São Paulo?; qual o número de mulheres vítimas de violência doméstica beneficiadas com programas habitacionais nos últimos dois anos?; qual é a demanda, qual é a fila de espera, quanto tempo essas mulheres aguardam na fila de espera?; qual é a previsão – também em relação à demanda habitacional – para pessoas em situação de rua ou em vulnerabilidade social, que são referenciadas na Secretaria de Assistência Municipal em relação à habitação?; quanto tempo as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade estão aguardando ou foram beneficiadas nos últimos dois anos pela Sehab?; e qual a previsão de convocação dos servidores, no caso, analistas de assistência e desenvolvimento social para a ampliação do quadro de recursos humanos de Sehab? Então, se vocês puderem dar um indicativo de resposta, obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Priscila. A gente considera que não é necessariamente o tema. Não, o tema é, os números necessariamente não condizem com a LDO, é outro objetivo. Mas, a gente sempre pede encarecidamente que vocês aproveitem e nós possamos aproveitar essa oportunidade também.

O último inscrito é Alessandro Azevedo, da Frente Única da Cultura.

**O SR. ALESSANDRO AZEVEDO** – Bom dia a todos e a todas. Sou palhaço de profissão. Todo o apoio às famílias em situação de rua vítimas do acidente do Largo do Paissandu e gostaria de saber de cara que providência essa gestão vai tomar em relação a isso, porque está se prorrogando há dias.

Outra questão: reforçar a importância de divulgar esses encontros. Esta Casa deveria estar abarrotada por um tema tão importante como esse, para fazer uma discussão como essa aqui. Então, assim, acho importantíssimo divulgar com muito mais antecedência para que a Cidade possa estar presente numa audiência como essa.

É importante a discussão da LDO, como da LOA, que é quem vai definir as regras e valores para devolver para a população o que é arrecadado dos municípios. Todas essas regras servem para no fim devolverem para a população.

O que a gente tem percebido? Que o Orçamento tem aumentado – e aí eu falo especificamente da área da cultura – mas o repasse para os trabalhadores da cultura tem diminuído. O gráfico tem apontado e se diz o contrário. Ano passado a gente formou um grupo de estudos aqui na Câmara e conseguimos provar que a arrecadação para o mesmo período tinha sido maior do que no ano anterior. No entanto, o repasse, a execução, estava inferior.

Então, eu queria saber qual é a lógica que essa gestão tem em relação a essa questão da execução e do diálogo. A Pasta da Cultura, por exemplo, é uma Pasta onde o Secretário André Sturm vai entrar para a história como o pior secretário em termos de diálogo com os trabalhadores da cultura e o que menos executou.

Acho que o Poder Legislativo tem que ir para a cima do Executivo nesse sentido, que é: se daqui a gente sai com alguma obrigatoriedade de execução, porque não adianta, o que a gente faz? Todos os anos a gente vem para esta Casa, aprovam o Orçamento e é um Orçamento que chega próximo, está distante ainda do que a gente queria. Mas, a gente avança nas nossas discussões e com os Parlamentares da Casa, mas o Executivo não cumpre.

Então, que dispositivo a gente pode ter para que o Executivo cumpra a lei? O Secretário André Sturm não cumpre, não executa as políticas públicas da cultura. Ele retém o recurso, ele congela. E, é claro, Caio, eu sei que é da sua Pasta que vem esse congelamento e eu queria saber de você qual é a lógica para isso. Por quê? É para criar um fundo futuro? Qual

o sentido disso? A dívida pública com a União foi renegociada, isso deveria gerar mais recursos para a cidade de São Paulo. Deveria.

Então, qual é a lógica? Que matemática é essa? Que matemática é essa que essa gestão faz que a gente não consegue entender? A arrecadação aumenta, a dívida pública com a União diminuiu, foi diminuindo, e os munícipes continuam sofrendo esse aperto.

Então, assim, na pasta da Cultura, eu queria saber o que acontece, que o Secretário André Sturm não cumpre e não dialoga com a população, com os trabalhadores da Cultura.

Se conseguirmos sair daqui com alguma diretriz que obrigue essa execução, estabeleça o mínimo para a execução do orçamento público do Município, já seria um grande avanço. Então, eu gostaria que o Caio Megale explicasse qual é a lógica que faz com que os recursos, o recurso aumente, mas o repasse e a execução diminuam a cada ano.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Alessandro.

Vamos abrir uma exceção para a Sra. Lucília.

**A SRA. LUCÍLIA** – Bom dia. Eu sou do CTA Brás. É o primeiro CTA de uma série de cinco CTAs da Administração Doria. Foi o CTA experimental, instalado a toque de caixa, porém uma experiência que deu certo.

Agora, o que nós notamos nas equipes que compõem as empresas que organizam os serviços, essas equipes estão apresentando um problema muito grave. São duas equipes: as empresas Ecrop (?) e Apoio e eu pediria uma investigação da Câmara de Vereadores para isso.

Algumas dessas equipes, inclusive, estão envolvidas em processos de invasão. Hoje, o povo de São Paulo entende que essas práticas se aliam a processos criminais, que devem ser cuidadosamente examinados pela Câmara de Vereadores, nessa relação de invasão e prática do crime organizado. Não obstante a isso, existe já, em São Paulo, um procedimento criminoso também, que todos conhecem, que é de uma outra ala política, que é uma ala mais à direita, vamos dizer. Milícia, que é uma palavra que está na moda, organizando a milícia em São Paulo, enxergando como atua a milícia em São Paulo, e que todos jogam aspas em cima e dizem ali: “Não, é um imóvel da Santa Casa”. Todos conhecem essa prática. Ou seja, São Paulo está à deriva há muito tempo. Está à revelia da lei na prática de urbanidade, porque o primeiro princípio de urbanidade de um indivíduo é habitar. Esse é o

primeiro princípio da civilidade de uma prática, de uma Cidade que e eu entendi como cosmopolita, em que tínhamos um trânsito educado, práticas educadas e convívio. São Paulo está à deriva.

Qual é o orçamento que temos hoje para a CDHU? Eu questiono e eu respondo: 2%. Na origem do projeto qual era o orçamento da CDHU quando, àquela época, São Paulo explodiu por uma demanda de habitação? Era 13%. CDHU ainda convém? Não, não convém mais, porque a questão da habitação explodiu em São Paulo. Explodiu. Vai precisar rever. Isso tudo passou, está vencido. A questão em São Paulo é urgente, demanda práticas consequentes. Sabemos, também, que São Paulo recebe uma tropa de enviados de prefeituras de todo o país, que deságuam aqui em São Paulo, via orçamento da Prefeitura e temos de dar conta de tudo isso, porque São Paulo ainda é uma terra de oportunidades. E vamos ter de gerar esse tipo de estrutura social. Vamos aportar verbas em Brasília, vamos fazer um novo desenho para a habitação que São Paulo demanda e vamos gerar um procedimento legal para isso, com o Judiciário. Vamos flexionar o Judiciário também, porque São Paulo demanda isso e tenho dito.

Sou do CTA Brás. Sou uma pessoa com necessidade social, acreditem ou não.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Vamos prolongar um pouquinho mais para dar voz à Sra. Claudete Alves, Ex-Vereadora que também quer dar sua contribuição. Depois dela, vamos encerrar para dar oportunidade aos Secretários e aos representantes do Executivo, a fim de poderem responder as questões.

**A SRA. CLAUDETE ALVES** – Bom dia, Sr. Presidente.

Cumprimento toda a Mesa e todos os presentes.

Dirijo-me ao Secretário de Finanças e ao Secretário-Adjunto da Educação porque acho que o momento é pertinente.

No ano passado, na mesma discussão, foram colocadas as prioridades para este ano: teríamos a ampliação do atendimento da Educação Infantil na rede conveniada, entretanto, também teríamos um atendimento ampliado na rede direta, através dos EMEIs.

Qual a questão que eu trago aqui, aproveitando a oportunidade. Recentemente, a *Folha de S.Paulo* tratou, com destaque em matérias sucessivas de página inteira, a respeito dos aluguéis super faturados dos convênios de CEI na cidade de São Paulo. E, assim, inclusive esse órgão da Imprensa trazia a questão do loteamento político que é feito, essa relação de convênio, o que nos deixa em dúvida, se é verdade ou não, até pela amplitude da

defesa, inclusive nesta Casa, da ampliação da rede conveniada. Aluguéis que seriam 3 mil reais, vemos por 30 mil reais na verba de implantação, e isso em um momento tão delicado da economia.

Enfim, então eu queria saber se há alguma possibilidade da reversão desse quadro de priorizar a ampliação no atendimento direto, porque temos uma fila de milhares de concursos públicos. Vira e mexe, não estou afirmando, mas nos chegam notícias da falta de controle, em que pese a Secretaria, agora, colocar a questão da transparência dos dados, de forma mais detalhada. Mas as notícias não param de chegar até nós, inclusive da falta de controle da exigência para se trabalhar nessas unidades conveniadas, que eu sei que têm ilhas de excelência, têm gente séria. Mas o fato de não ter concurso público, fica muito quem indica para trabalhar, os diplomas apresentados...

Então, eu queria que os senhores respondessem qual é a perspectiva de termos uma reversão nessa política de atendimento na Educação Infantil, na rede direta, visto que o atendimento, nessa faixa etária, é um direito constitucional da criança.

Então, eu queria, com esses dados que eu apresentei, que os senhores pudessem falar qual será a projeção, qual será a perspectiva para 2019.

Obrigada.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Também registro a presença do nobre Vereador Ricardo Nunes, que também faz parte desta douta Comissão.

Antes de passar a palavra ao Sr. Secretário Caio Megale, que responderá as perguntas, quero, mais uma vez, parabenizar as pessoas que estão sempre atentas a tudo que se faz na Câmara Municipal, e que vêm participar das audiências públicas, expõem aqui os dramas e os problemas que a Cidade enfrenta. Isso faz com que o Parlamento aperfeiçoe o seu trabalho a cada ano. Quando se fala de orçamento, todas as vezes esta Comissão se empenha, se esforça para procurar, dentro daquilo que está transcrito, atender as demandas que a Cidade apresenta.

É claro que nós gostaríamos de ter recursos para fazer tudo o que é apresentado como demanda, aqui, nas audiências públicas, mas há dificuldades. Às vezes, a pessoa vem aqui e apresenta uma necessidade justa, que, claramente, pelos dados que ela mostra, é possível realizar, mas quem administra as finanças do Município enfrenta as dificuldades tanto quanto o povo enfrenta dificuldade para ver realizado aquilo que pretende para o seu bairro,

para a sua rua, para o seu espaço. Eu creio que não seja defesa ou justificativa, mas ninguém trabalha senão para o bem da cidade de São Paulo.

Então, as dificuldades estão aí. Ainda que, a cada ano, aumentem um pouco os recursos do Município, também aumentam as despesas em todos os setores. Um tempo atrás, discutíamos aqui a questão da Previdência do servidor, que realmente está promovendo, a cada ano, um custo muito alto aos cofres públicos.

Temos que entender essas questões e procurar somar forças. Vocês, que precisam, que querem, que lutam pelas demandas de vocês, devem somar forças com o Parlamento, com os Srs. Vereadores, para chegarmos a um consenso e apresentarmos uma diretriz de Lei Orçamentária a contento da Cidade, de modo que, depois, o Executivo possa apresentar uma Lei Orçamentária que realmente minimize as dificuldades que a cidade de São Paulo vem enfrentando.

Eu queria passar isso, porque há uma disposição muito grande nossa, dos Srs. Vereadores e, também, do Executivo, para fundir essas necessidades e procurar, de toda maneira, atender e resolver, porque o povo de São Paulo está cansado. Não é só o povo de São Paulo. Vamos falar de uma maneira genérica: o povo brasileiro está cansado de ver as coisas ruins ocuparem espaço, a cada dia, em todos os setores.

Essa questão da moradia, então, já está aí desde o tempo de D. Pedro. Ela vincula os anais da política brasileira. Há que se buscar uma solução. Creio que a Câmara Municipal vai somar esforços, junto com o Executivo, para procurar minimizar a dor do povo paulistano, pelo menos na questão de moradia.

Então, eu queria passar para vocês que há esse empenho, esse esforço nosso, e que, também, tenho certeza absoluta de que não vai ser diferente com os secretários que estão aí, para lutar pela causa da cidade de São Paulo.

Então, nobre Secretário, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. CAIO MEGALE** – Obrigado, Vereador Atilio Francisco. Obrigado a todos pelos comentários. Eu acho que a maioria deles não toca, aqui, nos temas da LDO. Não tivemos discussão, aqui, sobre o *superavit* primário, o resultado primário, a dívida e tal, mas toca nos temas orçamentários. Acho que já é uma pré-conversa sobre a Lei Orçamentária que vamos fazer no segundo semestre.

Eu acho que, em linhas gerais, as perguntas são mais ou menos resumidas pelo que o Alessandro falou aqui, da matemática. Como é que a arrecadação cresce e a execução da Cultura, por exemplo, não sobe – ou cai? Como é que a arrecadação cresce e o investimento na Habitação cai? A Prefeitura de São Paulo investe, hoje, metade do que investia em Habitação sete anos atrás. A arrecadação cresceu nesse período.

Aí, eu separei, aqui, três linhas que cresceram bastante no Orçamento. O Orçamento é uma coisa só. Eu sei que cada um dos senhores olha e puxa para o seu lado: “Olha, não, faltou aqui. Faltou aqui. Faltou ali.” Eu sei. Agora, tem três linhas do Orçamento que cresceram substancialmente por decisões da Administração e decisões da Cidade. Fora aqueles convênios e os contratos, que crescem sempre junto com a inflação, tem três, em particular, que cresceram bastante rapidamente, especialmente de 2015 para cá – 2015, 2016, 2017 e, agora, em 2018, estão na mesma linha.

Subsídio ao Transporte Público: crescemos de um para três bilhões. Foi para lá. Se me perguntar como é que fecha essa matemática, é assim: era um e agora são três bilhões. É o equivalente a quatro orçamentos da Cultura o que subiu. É uma decisão da Administração, da gestão, da Cidade: “Queremos subsidiar mais o Transporte Público, mais do que era antes. Era um bilhão. Agora, são três.”

A segunda linha é a gestão da Saúde, com os contratos e convênios das OSs da Saúde, especialmente pelo aumento acelerado de equipamentos da Saúde – hospitais e UBSs. Eu não estou fazendo juízo de valor, aqui, não. Eu só estou respondendo a uma matemática,

aqui, que é o meu papel. O meu papel é fazer o Orçamento ficar equilibrado. Aumentou aqui? Tem que diminuir para cá, para que caiba dentro da Receita.

O número de UBSs, hospitais e demanda por remédios cresceu substancialmente nos últimos dois, três ou quatro anos. Os números estão disponíveis. A partir de 2014 e, principalmente, 2015, deu uma boa acelerada. Isso drenou boa parte do Orçamento da Cidade. Os dois são temas bastante nobres. Transporte Público é o dia a dia do cidadão e há a gestão da Saúde, que cresceu bastante. Os números estão lá, abertos.

O terceiro é a Previdência. Jogam a culpa para o cargo. A verdade é que, se a Prefeitura tinha uma dívida com o Ipem, só no ano passado entregamos o IPTU inteiro para lá. Então, não sei se tem uma dívida, não. O fato é: é prioridade? Também é. Está na lei. A lei é determinada desta forma. São cem mil aposentados e pensionistas que têm seus direitos e nós temos que direcionar recursos para lá.

Então, os recursos foram direcionados principalmente para essas três áreas. Essas são as três áreas que cresceram. Quanto ao crescimento, eu fiz uma conta rápida: a soma dessas três linhas dá mais ou menos uns sete bilhões de reais de aumento nos últimos três ou quatro anos. São sete bilhões e estes sete bilhões saíram de algum lugar. Saíram do crescimento da arrecadação, de um lado, e do Orçamento das outras pastas. Essa é a matemática. Essa é a escolha da sociedade. A sociedade escolheu ir por esses caminhos via gestão anterior, via gestão atual e via decisões do Legislativo. Nós estamos indo nessa direção.

Eu já estou na função de Secretário há um ano e meio. Esses debates são mais ou menos recorrentes e, como essas tendências que eu descrevi aqui continuam crescendo, a minha impressão é de que vamos continuar debatendo, trazendo esses problemas. Estamos aqui, debatendo os galhos e há um problema ali, no tronco da árvore, que são essas grandes movimentações orçamentárias feitas para atividades que são, também, prioridades. A Saúde é prioridade. O Transporte Público é prioridade. O pagamento das aposentadorias de acordo

com as regras vigentes é prioridade. O Orçamento foi destinado mais para lá do que para as outras.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CAIO MEGALE** – Deixe eu lhe falar, aqui. O Orçamento da publicidade é em torno de 70 ou 80 milhões ao ano. Nós estamos falando, aqui, de sete bilhões. Esta é a grande movimentação.

O Orçamento da Câmara Municipal é de 300 ou 350 milhões de reais. O Orçamento do Tribunal de Contas é de 300 ou 350 milhões de reais. Some-se todo o Orçamento da Câmara, todo o dispêndio deste prédio, que é importante, que é o Legislativo, a todo o prédio do Tribunal de Contas. A soma dos dois não dá o que cresceu a despesa com a Previdência no ano passado, que foi 1 bilhão.

A Previdência cresceu 1 bilhão, todo o orçamento dessas duas instituições absolutamente cruciais para o funcionamento da Cidade é de 700 milhões. Esses números têm de ser colocados em perspectiva e revelados para a sociedade. É para lá que estamos indo. Acho que o orçamento tem de ser transparente, os debates têm de ser transparentes. A pergunta por que tem um orçamento desse tamanho e não destinado todo o recurso é porque uma parte dele foi para cobrir as insuficiências, especialmente no transporte público. A Previdência estava no orçamento, superou um pouco, mas não está no orçamento um crescimento tão rápido, nem da Saúde e nem do Transporte. Foi destinado para lá.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CAIO MEGALE** - Do ponto de vista orçamentário percebe claramente. Foi de um para três. Essa é minha gestão aqui. No Transporte e na Saúde também.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Caio. Vereador Ricardo Nunes, em sua imensa humildade não quis participar da nossa Mesa, mas já foi anunciado pelo Vereador Atilio Francisco. Há perguntas. Vamos começar pela Priscila, Pasta da Cultura.

Comunico que teríamos a reunião ordinária de Finanças e Orçamento, não houve

quórum. Então continuaremos com a nossa audiência.

Plano Municipal de Cultura.

**A SRA. PRISCILA** – Bom dia a todos, obrigada à Mesa. Infelizmente o Secretário não pode vir porque a audiência está a três dias da Virada Cultural e toda Secretaria está envolvida na Virada. Então pediu para que eu viesse aqui e anotasse as questões para discutirmos na equipe.

Não vou conseguir responder a questão do Alessandro, mas vou repassar. As questões do Fernando também não vou conseguir responder todas. Do Pirata vou ficar devendo algumas coisas, mas a reforma das casas de hip-hop vai sair, pode ficar tranquilo.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRISCILA** – Vamos executar este ano.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRISCILA** – Então, essas questões todas nós vamos discutir em equipe. Infelizmente o Secretário pediu para falar que a três dias da Virada é muito complicado sair da Secretaria porque tem toda a organização, nem ele, nem a Adjunta e nem a Chefe de Gabinete. Anotei todas as questões aqui e vou repassar para a equipe. Assumimos o compromisso de responder todas as questões em breve.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vereadora Soninha Francine.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Quero pedir para que a gente receba na Comissão também as respostas. Que sejam feitas por escrito e encaminhadas para a Comissão.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Temos aprovada uma audiência pública. Falta a data, já está aprovada uma audiência pública com o tema da Cultura.

**A SRA. PRISCILA** – Então assumimos o compromisso de mandar essas respostas por escrito e se for necessário viremos também apresentar para a Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Fica contemplado desta forma por hoje. Era isso então de sua parte, Priscila?

**A SRA. PRISCILA** – É isso. Infelizmente não consigo responder por que não deu tempo de reunir com todo mundo. Toda a Secretaria está envolvida com a Virada Cultural.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o Sr. Daniel De Bonis, Secretário Adjunto de Educação.

**O SR. DANIEL DE BONIS** – Obrigado, Presidente. Relacionei aqui as questões que foram levantadas. Vou tentar responder todas ponto a ponto. Se esquecer de alguma coisa ajudem-me.

Vou começar pela relação das metas da Educação previstas no anexo de metas e prioridades da LDO, que é o objeto da nossa conversa aqui. Depois há alguns temas mais gerais que posso comentar ao final.

Em relação à meta das creches, o programa de metas da Prefeitura prevê a criação até 2020 de 85 mil novas vagas. Essa é a meta para a gestão, para os quatro anos. Tivemos no ano passado um desempenho muito bom com 26 mil vagas criadas ao longo de 2017. No começo deste ano já tínhamos nesse primeiro trimestre mais 14 mil vagas contratadas, já para início, uma vez que a parceria esteja aí preparada para iniciar as atividades. Nosso entendimento é que estamos num caminho bom para cumprir essa meta ao final dos quatro anos e atingir os 85 mil. Não vemos neste momento nenhuma necessidade de qualquer revisão da meta e do compromisso que foi colocado no programa. Acho que esse caminho está sendo percorrido. Essa expansão está acontecendo.

Em relação às metas do programa pedagógico temos uma meta muito relevante quanto à alfabetização. E uma das ações desse programa de alfabetização é a existência de um estagiário de pedagogia que apoie o professor nas classes de alfabetização. Nossa meta é de que até 2020, 100% das turmas tenham esse estagiário, as turmas dos primeiros anos. Estamos hoje com 85, 86%. Fechamos no ano passado com esse índice. É um índice parecido

com o que se tinha em 2016, mas desses 85 para os 100% também estamos confiantes que ao longo da gestão essa expansão seja alcançada, uma vez que se tenham os recursos. O ano passado foi um ano de contenção orçamentária e tivemos que fazer algumas escolhas, mas não houve nenhuma redução em relação ao número de estagiários que fosse expressiva. Estamos mantendo basicamente o nível e estamos confiantes em atingir também essa meta, alcançar 100%.

Em relação ao questionamento feito sobre os computadores, temos uma meta que é o projeto CEU 21. E embora o projeto se chame CEU 21, as ações que estão ali dentro não envolvem apenas os CEUs, mas envolvem também a implantação de laboratórios de Educação Digital em todas as escolas de ensino fundamental. São laboratórios voltados para aprendizagem por meio de projetos, resolução de problemas, cultura *maker*. É outra abordagem de uso da tecnologia e o indicador que tem ali da compra de computadores, de notebooks, se refere a esse atendimento da rede como um todo.

Então nesse caso o indicador que consta lá pode ter ficado confuso porque o nome do projeto é CEU 21, mas essa ação se refere à rede como um todo. E aí tem de fato uma correção a ser feita no início do processo por causa das especificações havia a previsão da ideia do notebook dois em um, que é note e tablet, mas na verdade esse pregão já foi feito e com o notebook regular. Não foi feita a compra de notebook dois em um, então é uma correção que tem de ser feita no próprio programa de metas porque constava essa especificação.

Dando sequência, a questão do apoio pedagógico, na verdade o indicador que está lá não são três mil escolas. São três mil atendimentos às escolas da equipe dos NAAPAs, são os núcleos que fazem todo o atendimento em relação aos alunos com dificuldade de aprendizado, que necessitam de acompanhamento mais próximo, então é essa meta que está posta. Acho que alguém havia falado em três mil escolas, na verdade se refere ao número de atendimentos desses núcleos que estão nas diretorias regionais.

Em relação ao currículo, esse é um dos projetos mais estratégicos do ponto de

vista da ação pedagógica da Secretaria. São Paulo foi a primeira Capital, inclusive, se colocarmos os estados também, o primeiro ente federativo que já tem um currículo alinhado à base nacional curricular comum.

A cidade se adiantou a esse processo e trabalhou já com os documentos, no ano passado, com uma participação muito grande dos profissionais da própria rede. Os professores se envolveram muito, os próprios alunos opinaram sobre o material. Esse material foi concluído no primeiro ano e a implementação segue a partir de 2018. Então existe de fato o status de concluído, que é a conclusão do documento do currículo do ensino fundamental. A elaboração do currículo da educação infantil e do ensino médio está acontecendo a partir desse ano, mais o do Fundamental porque o documento foi desenvolvido no ano passado e ele já está em implantação esse ano.

Como que o currículo se torna realidade? Ele não pode ser um documento que fica na prateleira, que ninguém vai utilizar. E para isso nós estamos produzindo os cadernos da cidade, que são cadernos do aluno e do professor para uso em sala de aula e esse indicador que foi mencionado se refere exatamente a isso, a produção desse material, que não poderia ser um material informatizado por que seria difícil do uso prático na sala de aula.

Há o caderno de língua portuguesa, matemática e ciências. Todos esses cadernos estão sendo produzidos já para utilização esse ano pelos alunos e pelos professores em todas as escolas de ensino fundamental. A gente entende que isso terá um impacto muito grande na evolução do aprendizado nessa etapa.

Em relação ao que foi levantado sobre as metas, acho que as observações eram essas. Foi mencionado a questão de falta de professores. Eu queria colocar aqui o nosso esforço, o quanto foi grande o nosso esforço nessa linha. No ano passado foram autorizadas nomeações de quase nove mil professores na rede Municipal. É muito acima do que tinha sido nos últimos anos, justamente na tentativa de suprir essa falta de professores que acontecia nas escolas. Só nesse ano, agora no último dia 5 de maio, o Prefeito Bruno Covas autorizou a

nomeação de mais de 1.650 professores de Ensino Fundamental II e 778 professores de educação infantil para essa etapa. Então isso mostra o esforço da gestão, a prioridade que está sendo dada para isso, com toda a colaboração da Fazenda em entender a importância desse movimento. Também sobre o diretor de escola, tivemos no fim do ano passado a autorização para nomeação de 200 diretores de escolas, 59 supervisores escolares e os próximos concursos estão em discussão dentro da gestão. Essa é uma prioridade para nós, algo que se tem dado muita atenção, não só para nós da educação, mas para a gestão como um todo, que tem procurado cuidar muito desse problema.

Por fim, a questão que a Claudete levanta, em relação aos aluguéis, de fato, a matéria da *Folha* só foi possível pelo esforço que a gente já vem fazendo, desde o ano passado, com muito apoio da Fazenda e da gestão para controlar esse gasto, essa despesa inclusive definindo parâmetros. No ano passado houve uma portaria da Fazenda com a gestão que limitou esse valor em 0,8 do valor venal de referência do imóvel. É uma referência que não existia no passado e que ajudou a segurar os gastos com aluguel. Tanto que esse ano já estamos gastando, em média, menos em aluguel nas creches do que era gasto ano passado.

Então, já estamos avançando isso, tem mais para avançar sim, seja no controle dos aluguéis, seja no controle de prestação de contas das parcerias. É uma estratégia na qual a gente aposta, a evolução das vagas e vai se dar pelas parcerias, é a forma como têm sido, já há muito tempo no Município, mas a gente entende sim que é preciso aprimorar os controles, as prestações de contas e estamos trabalhando nisso.

Em relação ao CEUS, eu queria agradecer ao que foi colocado. Eu queria colocar apenas a situação que foi herdada por essa gestão. Nós tínhamos só na educação, mais de 40 obras paradas, que já tinham sido paralisadas em 2016, quando essa gestão assumiu na educação. Dentre elas os 14 CEUS que foram iniciados durante o período eleitoral sem uma garantia de recurso futuro. Inclusive havia na previsão orçamentária de 2017, o Caio lembra bem disso, 80 milhões de reais de recursos federais que a gente descobriu que era um recurso

que não existia, quando a gente foi lá bater no MEC e descobrimos que não existia um único papel assinado, nenhum compromisso assinado pelo MEC de que transferiria esses recursos para a obra dos CEUS. Então, de fato, ficou uma situação muito difícil, a opção inicial foi buscar recursos para as creches que estavam paradas pudessem ser retomadas, retomamos as obras de 26 creches, 19 delas já estão concluídas, do ponto de vista físico, e muitas delas já funcionando. O restante estamos tentando garantir recursos do Estado que também permita retomar 100% dessas obras de unidades educacionais, que estavam paradas e em relação aos CEUS, nós estamos buscando as fontes. Uma das possibilidades são os recursos da privatização que possam ser aplicados na retomada dessas obras, mas como se colocou, é um montante de talvez de mais de 500 milhões de reais para a conclusão das obras. É um montante que não dá simplesmente para sacar do Tesouro e aplicar por todas as questões que o Caio colocou. Talvez ele queira complementar, mas da minha parte é isso.

---

**O SR. CAIO MEGALE** – Só complementando a questão dos CEUS, a gente também está buscando, é um problema de fato, já tivemos vários cenários retomando e volta dos investimentos ao longo do tempo. São obras grandes em meio a um ambiente de aperto orçamentário ainda. Há alguns recursos de acordos judiciais, que são recursos vinculados judicialmente, mas que estamos fazendo um esforço, junto ao Ministério Público, para poder redirecionar esses recursos que hoje estão lá parados, por que são recursos de termos de ajustamento, para poder ajustar esses termos, e abrir espaço para investir esses recursos nos CEUS e retomar essas obras. Nós estamos atentos a esse problema e nos esforçamos para buscar fontes alternativas e fontes dentro do Tesouro para retomada das obras.

Não são só obras dos CEUS, as demais obras da educação: têm as obras da saúde, as obras também da cultura, de casas de Cultura, temos conversado com o Secretário, as obras de habitação, obviamente, de saneamento, as obras de drenagem, ou seja, é uma parcela grande do orçamento que está na mesma linha do que falei ultimamente, na medida em que fomos concentrando e destinando rapidamente montantes cada vez maiores de

orçamento para aquelas linhas que eu comentei anteriormente. O recurso para investimentos ficou mais apertado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu ia concluir com habitação pode?

Tem a palavra Nobre Vereador Ricardo Nunes.

**O SR. RICARDO NUNES** – É só sobre a questão da Educação, nada mais do que um minuto, como o Daniel falou e o Caio e a ex-vereadora Claudete comentou aqui sobre a matéria da *Folha*, sobre as creches. Eu gosto de deixar as coisas muito claras. Claudete, talvez você tenha se referido ao meu nome, que saiu na *Folha de S. Paulo*, eu quero deixar claro é que fala meu nome, não tudo bem, mas eu te agradeço, porque eu tenho a oportunidade de esclarecer: a *Folha de S. Paulo* fez aquela matéria que eu acho que é importante...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu te ajudaria dizendo que quem propôs recolher os valores e locatários foi V.Exa. nessa Comissão. Faço justiça aqui.

**O SR. RICARDO NUNES** – Então só para fazer justiça, eu não sei por que a *Folha* citou o meu nome, é totalmente desconexo com a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu queria aqui falar publicamente que foi uma iniciativa do Vereador Ricardo Nunes para que fizéssemos um levantamento, não só na área da Educação, mas também da saúde e da assistência social que tivéssemos acesso a todos proprietários de todos os imóveis alugados e os valores.

**O SR. RICARDO NUNES** – Então ela não fala do meu nome com relação a valor de aluguel, ela fala o seguinte: o Vereador Ricardo Nunes e o Vereador Rodrigo são voluntários da Sobei, pronto e daí? Sou mesmo, desde 2000, tomei posse em 2013, e desde 2000 eu doava os uniformes na creche para as crianças como empresário da região. Então, mas você falou, é bom deixar claro. Eu sempre fiz a doação, sempre fui voluntário da Sobei, fui diretor, me descompatibilizei, quando me elegi Vereador, continuo fazendo minhas doações.

A Sobei não tem cunho político-partidário para um lado ou outro. Uma das melhores creches da Sobei se chama Jácomo Tatto, homenagem ao Tatto. Uma parte da Sobei apoiou o

Arselino Tatto, é ou não é Jair? Você sabe sim. É só para deixar claro, porque quando ficam essas coisas no ar assim é ruim, Então, desculpe, Presidente, eu tomar um minuto.

Sou voluntário da Sobei, ajudo a Sobei, desde 2000 eu faço doação de uniformes à Sobei, aos alunos que lá estudam. A gente tem uma relação com a Sobei, como o Alfredinho tem, como o Rodrigo Goulart tem, como o Jair Tatto tem, como o Arselino Tatto tem. Uma parte da Sobei, lógico, 80% me apoiou porque eu vivo lá dentro, é natural; uma grande parte apoiou. Inclusive o filho do Benjamin, o Renato Ribeiro, tinha um adesivo do Arselino Tatto, então é natural. A gente se encontra lá em todos os eventos. Só para deixar claro, porque às vezes essas coisas ficam no ar assim.

A matéria não fala nada do meu nome com relação a aluguel. Eu fiz denúncia ao Ministério Público, Claudete, de quatro creches que estavam recebendo aluguel – o Daniel sabe disso -, recebendo aluguel com o prédio em construção. Eu denunciei ao Ministério Público. Desculpe tomar o tempo aqui, mas não pode deixar as coisas no ar, e para deixar claro.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vereadora Soninha.

- Fala fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Sim.

- Fala fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Qual que é a...

- Fala fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – No Centro de Educação Infantil lá?

- Fala fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay. Obrigado, Claudete.

- Fala fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, sempre vereadora Claudete Alves.

Vereadora Soninha. Em seguida, José Toledo, Sehab.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Eu gostaria de fazer duas perguntas ao Secretário da Fazenda. Não sei se Habitação prefere falar primeiro.

Secretário, com esse cenário de Previdência, com todos os cálculos atuariais, se chegar o momento em que a soma das despesas obrigatórias, rígidas, exceder as receitas, o que é que se faz? Porque até agora a Prefeitura tem reduzido investimento. E se chegar uma hora em que não tem mais o que reduzir de investimento, o que é que se faz? A Cidade declara insolvência? Outras cidades - a gente sabe - param de pagar, entram em estado falimentar praticamente.

A outra pergunta é mais simples. De novo aqui está se falando em aluguéis, desde o ano passado, em todas as audiências públicas a gente fala em previdência e aluguéis. É difícil localizar alguns tipos de despesa no Orçamento, no sistema, na execução orçamentária. Algumas informações a gente só consegue entrando pelo Ábaco, por exemplo, pelo sistema do Tribunal de Contas ao qual a gente tem acesso aqui.

Não existe a possibilidade de a gente acrescentar alguns marcadores ao Orçamento e, portanto, ir além da classificação que a gente tem hoje, de função, subfunção, programa, projeto, atividade? Porque, se a gente conseguir acrescentar a *tag* aluguel, a gente consegue filtrar todos os dados com muito mais facilidade.

Outra: tem demandas históricas da sociedade: orçamento criança e adolescente. Se a gente quiser saber quanto a cidade de São Paulo gasta com criança, com programas voltados para a infância, tem que ir somando os pedaços.

Se a gente fizer uma busca no Orçamento por idoso, vai aparecer uma vez a palavra “idoso” numa determinada subfunção, mas tem programa para idoso em duzentas outras, tem atividades para idosos e com idosos em dezenas de outras subfunções, projetos, programas, atividades. Quer dizer, ou a gente tem acesso ao empenho, e o empenho também não tem uma padronização no preenchimento. Até a assessoria da Comissão já chamou a

atenção da gente para isso.

Se alguém preenche a folha de empenho como aluguel de imóvel; outro: locação de imóvel; outro: pagamento de imóvel para uso temporário, então qual é a possibilidade de a gente acrescentar padrões para o preenchimento, por exemplo, da nota de empenho, o que já nos ajudaria a navegar melhor, e a possibilidade de acrescentar esses outros marcadores? Por exemplo: criança e adolescência, mulheres, população em situação de rua, idosos, porque a gente tem esses marcadores sociais que são muito demandados, que são temas que aparecem nas audiências temáticas, que têm coordenações, coordenadorias, áreas de atuação das secretarias voltadas para isso.

Qual é a possibilidade de a gente fazer isso e de a Câmara indicar isso no projeto de LDO?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Secretário já responde. Depois, então, José Toledo.

Diga.

- Fala fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Você fez a pergunta a quem?

- Fala fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Megale, então aproveite a corrija esse erro gravíssimo.

**O SR. CAIO MEGALE** – Eu respondo. A forma de participação popular, nós fizemos audiências públicas em todas as prefeituras regionais. Você caracterizou de audiências públicas esvaziadas, mas nós estivemos lá em todas as prefeituras regionais, conversamos, discutimos, convidamos, avisamos. Algumas tiveram mais pessoas, outras menos, mas elas aconteceram e vão acontecer de novo agora na elaboração do Orçamento para 2019. Vão acontecer. A gente fez no ano passado e vai fazer de novo, e é importante, em cada uma dessas audiências, discussão com a população, botar essas escolhas. O Orçamento

tem que ser... Não adianta só mais isso, mais aquilo, mas esse, mais esse, mais esse. Aí você fala: Tudo bem, mas dada a restrição global, o que “desprioriza”, digamos assim, para priorizar?

Soninha, sua pergunta é fundamental. Não é só você que está apontando, eu aponto, a gente comentando aqui as notas do Tribunal de Contas. Eu tinha até perguntado para o Vereador se tinha alguém do Tribunal. Normalmente eles vêm, hoje acho que não tem ninguém do Tribunal. Têm apontado isso sucessivamente.

Atenção: os investimentos estão caindo, as despesas obrigatórias estão subindo. Isso em algum momento vai gerar uma... A economia deu uma melhorada, subiu um pouco a arrecadação, então nós estamos acomodando mais despesas obrigatórias. A dinâmica tem sido essa, só que nós precisamos fazer mudanças estruturais.

Uma das coisas que aconteceu, de fato, ao longo dos últimos anos na cidade de São Paulo - quinze anos, digamos -, foi um crescimento bastante grande de equipamentos da Cultura, da Educação, da Saúde, da Assistência Social, todos equipamentos absolutamente cruciais, importantes, decisivos para aquela área, mas cada um deles traz consigo um custeio que vem na sequência. E hoje nós estamos com um nível de gastos, de despesas correntes ligadas ao custeio desses equipamentos. Eu citei a Saúde porque foi a que mais acelerou nos últimos anos, dois ou três anos; e ele é grande, mas todos eles vêm em crescendo. E eu apontei isso nas nossas discussões do orçamento do ano passado e volto a apontar agora, aquele gráfico que eu mostrava como as despesas obrigatórias vão tomando conta do orçamento como um todo.

A cidade de São Paulo, por ter tido uma boa gestão econômica e financeira até 2016, sempre teve essa preocupação. O muro está um pouco mais adiante, mas nós estamos indo naquela direção. Então é um alerta importante, para que nós repensemos essas dinâmicas orçamentárias, para que não fiquemos comprimindo, cada vez mais, investimentos e despesas em áreas, em geral, que não sejam obrigatórias, algumas delas constitucionais.

Com relação ao orçamento, eu coloco dois pontos. Primeiro, quando a gente entrou na Prefeitura, uma das demandas foi justamente dar uma ajustada nos aluguéis, e nós tivemos grande dificuldade para levantar essa questão. Nós percebemos isso, como é difícil saber quanto a Prefeitura gasta com aluguéis diretos e indiretos; e algumas secretarias executam o orçamento de uma forma ou de outra. Desde então, a gente tem lutado ali. Na LDO do ano passado, foi determinada uma discriminação um pouco maior das despesas. A gente está tentando ir nessa direção, mas há dificuldades de diversas formas. Sabemos do problema e estamos tentando avançar.

Outra questão é com relação ao pessoal. De novo, o Tribunal de Contas cobra-nos praticamente toda vez que nós vamos lá. Qual é a despesa de pessoal consolidada da Prefeitura, somando a despesa direta mais aqueles que são terceirizadas, de carreiras públicas? Não falo de terceirização de limpeza e segurança, que não entra alívio, mas falo de carreiras públicas que foram, por diversas razões, ao longo das últimas décadas, indo para a iniciativa privada, foram sendo terceirizadas. E nós estamos buscando fazer essa consolidação. Dependemos muito da Educação, que sabe do problema e está apurando os números. Também a Assistência Social é bastante, e a Saúde também. São as três grandes demandantes nisso. Temos uma estimativa, mas também temos que avançar, porque nós não temos, no orçamento, claramente ali quanto são despesas de pessoal direto e despesas indiretas.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Aliás, amanhã a audiência temática inclui Assistência Social. A Secretaria da Fazenda vai estar representada, porque essa é uma questão na Assistência Social nos termos de parceria com as entidades que prestam serviço, que fazem a gestão da rede sócio-assistencial. No valor previsto para o repasse mensal, não está previsto o dissídio da categoria, e vai chegar a data do dissídio, e a entidade não vai ter condições de, com o repasse da secretaria, honrar o previsto em dissídio. Aí como será? Os serviços sócio-assistenciais vão fechar? As entidades vão deixar de pagar o dissídio, coisa que

não podem fazer? Vão ter de depender de recursos adicionais? Então, realmente, a gente precisa levar em consideração que existem recursos humanos pagos pela Prefeitura, que dependem da Prefeitura, que vão além da folha de pagamento da Prefeitura.

**NÃO IDENTIFICADO** – Nobre Vereadora Soninha Francine, complementando o que o Sr. Caio disse há pouco, na verdade, essa é uma das grandes dificuldades que nós temos também, inclusive na palavra de planejamento, de coletar essas informações de uma forma mais analítica. Então, quando a gente pergunta, por exemplo: “Qual é o valor total de aluguéis gastos no mês?” A gente precisa acessar vários sistemas, sistema de contrato, buscar por empenho, às vezes, os empenhos não são padronizados de fato. Então, uma das ações que a gente se propôs a se desenvolver e já em curso é adotar uma sistemática de custos, dentro da Prefeitura, para que a gente possa colocar os grandes números na LDO, por grandes despesas, sem transformar obviamente num tratado orçamentário. É importante que a gente tenha primeiro esse levantamento, padronize e que se crie uma governança, padronize as informações. Isso envolve uma mudança de cultura obviamente na ponta, tornando o processo menos automático e pouco mais qualitativo, até para que a gente possa gerar essas informações. Hoje a gente tem, no portal da transparência, algumas ferramentas, onde é possível coletar por subitem de despesa.

A gente tem a programática funcional, obviamente ela desce até um nível não muito analítico, mas a gente consegue por item ou subitem de despesa, por elemento talvez coletar ali o que é gasto com aluguel, o que é gasto com pessoa física, jurídica. A gente tem tido um trabalho grande que está em implementação pra trazer uma sistemática de custos, e a partir de então trazer informações com mais qualidade. A partir do momento em que temos o custo unitário por serviço, por despesa, nós conseguimos, pelo menos, sintetizar na LDO de uma forma mais transparente, mais didática, menos prolixa, menos técnica pra que a população possa entender o quanto nós gastamos em grandes números.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Quanto à possibilidade de acrescentar esses

marcadores temáticos por políticas, por exemplo, idosos: quanto à cidade de São Paulo gasta com políticas para idosos?

**O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB** - Hoje conseguimos por função, dentro da execução talvez, na Cultura, mas não no detalhe...

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Não aparece, não aparece...

**O SR. CAIO MEGALE** – Tem uma discussão mais profunda que é identificar quais são as políticas...

**O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB** - Intersecretariais.

**O SR. CAIO MEGALE** – Em cada Secretaria o que tem de política para os idosos, você tem de marcar, avisar. Cada Secretaria tem...

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Algumas são bem delimitadas, há leis definindo, há políticas definidas em lei para idosos. Quer dizer, não é uma decisão de Governo que fica difícil dizer “não”, aqui é idoso ou não é. Tem coisa que vai ficar difícil, se quiser acrescentar um marcador: Cultura na Periferia. Não vai ser tão fácil do ponto de vista estritamente formal delimitar porque não está escrito: periferia é o que fica depois do rio... Agora, o que é política para o idoso está definido em lei; o que é política para criança e para adolescente, política para as mulheres, há definição em lei. Do ponto de vista estritamente formal, conseguiríamos atribuir marcadores. Agora, não sei do ponto de vista operacional, prático. E quem teria de fazer isso? A Secretaria de Inovação teria de se ocupar disso? É a Prodesp que teria de desenvolver? (Pausa) Prodesp, não, desculpe-me, a Prodam.

**O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB** - Seria entre as duas desenvolver alguma ação de melhoria na geração do banco de dados porque no banco há essas informações. Cabe a todas as unidades alimentarem de forma padronizada pra que possamos ter essa saída informacional. Mas está anotado e essa, acreditem, é inclusive e também uma necessidade nossa para que haja um maior refinamento.

**A SRA. SONINHA FRANCINE** – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Sr. José Toledo.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Olha, nós...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Mas amanhã teremos o tema Assistência Social. Amanhã trataremos dessa pasta.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Ok. Está registrado.

Sr. José Toledo, assessor de Sehab, com a palavra.

**O SR. JOSÉ TOLEDO** – Vou procurar responder aos diversos questionamentos, a partir da execução das metas previstas para a Secretaria e da projeção de realização dessas metas. Nós temos três grandes metas: produção de unidades; urbanização; e regularização fundiária.

Para a produção de unidades o objetivo é de 25 mil unidades dentro dos próximos quatro anos. Temos contratadas 18,2 mil unidades dessas 25 mil. E guardando todas as dificuldades da execução orçamentária em função das restrições, nós buscamos alternativas. No orçamento original, que previa mais de um bilhão de orçamento pra atingir essas metas, apoiamo-nos mais no programa Minha Casa Minha Vida onde há aporte dos governos Estadual e Federal que nos permite, com investimento menor, realizar as metas previstas. Então é nisso que estamos nos dedicando para a produção de unidades.

Com relação à urbanização de favelas, no Orçamento de 2017 houve uma grande perda com a extinção do PAC. Dentro de um Orçamento que somava um bilhão, 380 milhões eram recursos federais para urbanização de favelas, advindos então do Governo Federal. Buscamos então alternativa junto ao Governo Estadual, reduzimos investimentos e direcionamos os fundos também para essas atividades. O FMI sai – que tem esse objetivo, mas que tinha também objetivo de produção de unidades, e em função do programa Minha

Casa Minha Vida conseguimos reduzir recursos ali e alocar mais na reurbanização, e esperamos, acreditamos que vamos cumprir a meta de produção de 27,5. Devemos completar até o final do ano 2.500, como está previsto, e no próximo biênio completar as 14,2 mil unidades.

Com relação à urbanização, ainda este ano vamos atingir as 91 mil unidades previstas, e faremos 119 mil adicionais em outro biênio. Os recursos para tanto são: principalmente dos fundos e também estamos procurando alternativas, financiamento do Banco Santander; aporte referente às desestatizações, que não sabemos se ocorrerá neste ano ou no outro ano, mas estamos garantindo o cumprimento das metas a partir de alternativas de investimento em nosso Orçamento.

Basicamente são essas as respostas.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. JOSÉ TOLEDO** – Isso está compreendido nas metas. A capacidade de produção, olhando para os recursos disponíveis, é o que declaramos e estamos cumprindo.

Quando foram declaradas as metas havia uma observação: se não houver recursos federais, os 360 milhões do PAC, e os previstos para os próximos anos, nós não conseguiríamos cumprir e nós temos cumprido as metas.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vamos estabelecer uma ordem, deixem o José Toledo concluir.

**O SR. JOSÉ TOLEDO** – É basicamente o seguinte: a proposta é atingir as metas dentro do período de quatro anos. Há restrições orçamentárias, mas há alternativas que nós fomos identificando durante a execução e nós vamos cumprir as metas nesse período.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Senhores, farei um registro: dia 29 deste mês teremos a presença do Secretário para trazer os números do primeiro quadrimestre, que é referente à Lei de Responsabilidade Fiscal, e essa também é uma oportunidade. Será

permitido então o debate quanto aos números, metas e essa coisa toda.

Amanhã vamos tratar dos temas: Assistência Social; Transporte e Mobilidade; e Saúde. No dia 23 faremos a nossa última, a derradeira reunião.

Nada mais havendo a tratar, muito obrigado a todos, a todas.

Está encerrada a audiência.

